O ESTADO NOVO E A NACIONALIZAÇÃO DAS FRONTEIRAS:
A OCUPAÇÃO ESTRATÉGICA DO SUL DE MATO GROSSO

Benícia Couto de Oliveira

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados.

Este artigo é parte revisada de um capítulo da dissertação intitulada "A Política de Colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)", que discute a política de colonização e nacionalização das fronteiras do Sul do antigo Estado do Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, região da Grande Dourados, cujo desdobramento foi a expansão do capitalismo na fronteira agrícola.

Palavras-chave: Mato Grosso, Nacionalização, Colonização.

The "New State" and the Nationalization of the Borders: the strategic occupation of the South of Mato Grosso State. This article is a revised part of a chapter of the dissertation (Master Degree) named "The Settling Policy of Colonization of the 'New State' in Mato Grosso (1937-1945)", which discusses the policy of colonization and nationalization of the borders, in the South of the former Mato Grosso State, Mato Grosso do Sul nowadays, Grande Dourados region, which unfolding was an expansion of the capitalism in the agricultural frontier.

Keywords: Mato Grosso State, Nacionalization, Colonization.

Este artigo visa apresentar algumas questões sobre a política de nacionalização das fronteiras, no Sul do antigo Estado do Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, desencadeada pelo Presidente Getúlio Vargas, no período do Estado Novo. Nessa premissa buscamos pontuar os mecanismos utilizados pelo governo federal para interferir naquela região. Durante a pesquisa constatamos que a política de colonização e povoamento na área fronteiriça caracterizou-se pela ação direta do governo, através de implementos que se efetivaram entre 1938 a 1943, como, por exemplo, a ampliação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (sobremaneira o prolongamento que ligou o Brasil com a vizinha República da Bolívia, o Ramal de Ponta Porã, que estabeleceu contato com a República do Paraguai), a criação do Território Federal de Ponta Porã e finalmente a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Com essas medidas, o governo federal consolidou o projeto de colonização e nacionalização das fronteiras, na porção Sul de Mato Grosso.

Cabe ressaltar que a forma como o governo federal agiu na referida região pode ser atribuída a certas barreiras locais ali existentes, como, por exemplo, o monopólio de extração da erva-mate exercido pela Companhia Mate Laranjeira e a presença de políticos com poder de decisão em nível local, estadual e federal.

UMA FORMA DE MARCAR PRESENÇA: A ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

A interferência na área de fronteira sul-mato-grossense pelo governo federal teve seu início em 1938, quando ele retomou as obras da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), iniciando a construção do prolongamento até Corumbá e de um ramal dirigido a Ponta Porã, na fronteira com a República do Paraguai (Queiroz, 1997). Como o nosso objetivo é o de pontuar as obras que marcaram a presença do governo federal na referida área, durante o Estado Novo, pautamo-nos em algumas obras que estudaram a NOB, para verificarmos como alguns estudiosos conceberam as ações do

governo Vargas no desbravamento e colonização na região de fronteira, no Sul do antigo Estado de Mato Grosso. Para Fernando de Azevedo, a NOB teve grande influência na colonização e desbravamento das regiões onde foi construída,

> "As cidades que se encadeiam como os elos de uma corrente, ao longo da Noroeste, e a faixa alongada de densidade demográfica, incidente com o leito da estrada, na sua linha-tronco e em seus ramais e variantes, provam mais uma vez o extraordinário poder atrativo e expansivo da estrada de ferro. Cada cidade que aí se formou, aquém ou além das barrancas do Paraná, tornou-se, num grau de intensidade variável com a distância em que se acha de Bauru, um núcleo de lavouras, de currais, e de campos de criação. [...] Que a Noroeste foi o mais importante fator de desbravamento e colonização dos sertões de Bauru e do território de Mato Grosso, como do desenvolvimento da riqueza do oeste do país, bastariam para prová-lo, os progressos extraordinários que tiveram antigos arraiais sonolentos que despertaram e entraram em progressão ativa, ou vilarejos inquietos fundados ao longo dos trilhos." (Azevedo, s/d.:93)

Diante disso, cabe frisar que a conclusão e ampliação da Estrada de Ferro, sobretudo a construção do ramal de Ponta Porã, foram implementos significativos para a consolidação do projeto colonizador do Estado Novo em Mato Grosso, uma vez que ela teve por objetivo desbravar o Sul de Mato Grosso e abrir novas possibilidades de contatos e comunicações com outros estados, bem como com as repúblicas vizinhas, e, ainda, obter um maior controle na região.

Já em 1938, no discurso *Na Bolsa de Mercadorias de São Paulo*, Vargas falou da necessidade de fazer o país crescer dentro de suas fronteiras:

> "O nosso país tem necessidade de crescer, dentro de suas fronteiras, pelo aproveitamento e pelo enriquecimento da terra. Exprimindo deste modo as idéias que me trazem até vós, digo-vos que são estes os meus desejos, são estes os esforços do meu Governo. Para a execução do meu programa, estão sendo construídas as duas grandes ferrovias que serão o prolongamento da Noroeste, ligando-nos ao Paraguai e à Bolívia." (Vargas, 1938:305)

Crescer internamente significava o desbravamento e a colonização das áreas nas quais o povoamento pelo não-índio ainda não

havia se efetivado. Com a construção da NOB no Sul de Mato Grosso abriu-se a possibilidade de incorporar novas áreas ao processo produtivo, controlar estrategicamente a área de fronteira. Na obra *Um trem corre para o Oeste*, Fernando Azevedo considera que,

> "... a difusão crescente de vários ramos da indústria nos campos, assume, na região de Mato Grosso, percorrida pela E. F. Noroeste, um interesse particular, do ponto de vista não só econômico, mas político e estratégico." (Azevedo, s/d.:101)

Portanto, a iniciativa do governo Vargas de ampliação do trecho até a vizinha República da Bolívia e da construção do ramal de Ponta Porã, ligando o Brasil ao Paraguai, visava, entre outros objetivos, a um maior conhecimento das fronteiras entre as repúblicas vizinhas, possibilitando, assim, ao governo federal um maior controle da região. Vale dizer que Vargas garantia que as ligações entre o Brasil e os países vizinhos da região sul-mato-grossense trariam grandes benefícios em termos de contatos transcontinentais.

No discurso intitulado *Mato Grosso e o Intercâmbio do Brasil*, afirma:

> "Os benefícios esperados dessas ligações ferroviárias não podem ser aferidos, presentemente, em todo o seu alcance prático. Eles se farão sentir na própria vida continental, facilitando o intercâmbio com os países vizinhos e, mesmo, com os países da costa do Pacífico." (Vargas, 1938:103)

Os benefícios propagados por Vargas vinculavam-se a questões de estratégias político-econômicas, tais como a de ocupação e a de nacionalização das fronteiras. Dessa forma, a NOB foi um dos meios que possibilitaram entrelaçar as fronteiras políticas às fronteiras econômicas. Estrategicamente, representou a abertura para outras ações desbravadoras.

A construção do ramal de Ponta Porã foi iniciada em fevereiro de 1938, a partir da estação de Indubrasil, situada poucos quilômetros a oeste de Campo Grande. O primeiro trecho, até Maracaju, foi inaugurado em 19 de abril de 1944, com um percurso de 154 km. O trecho seguinte, até a estação de Itaum, situada no município de Dourados, cerca de 260 Km do município de Campo Grande, foi inaugurado em 18 de maio de 1949, cinco anos mais tarde, portan-

to. E, finalmente, o ramal foi totalmente concluído em 19 de abril de 1953, efetivando a ligação com a fronteira do Brasil com o Paraguai.

A propósito, é necessário considerar o significado da construção da Estrada de Ferro para a política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso. Através da ferrovia, foi possível estabelecer um sistema de comunicação permanente e seguro entre os centros maiores do Estado, bem como entre os países vizinhos da porção sul-mato-grossense.

No discurso de Cuiabá, em 7 de agosto de 1941, Vargas tratando da questão do intercâmbio entre o Brasil, a Bolívia e o Paraguai, disse:

> "Sem esquecermos outros aspectos de grande relevância, o que mais nos preocupa no momento é a necessidade de estabelecer comunicações permanentes e seguras entre os vossos centros de trabalho e os mercados do litoral. É por isso que, apesar de todas as dificuldades conhecidas, oriundas da guerra européia, continuamos a construir as estradas de ferro que, atravessando o Estado, irão alcançar a Bolívia e o Paraguai." (Vargas,1941:103)

Queiroz, ao analisar a questão do sentido político-econômico da Noroeste, considera que ela ao mesmo tempo em que se vinculava a questões estratégicas de defesa do território no Sul de Mato Grosso, deveria desempenhar certas funções econômicas:

> "... é fundamental ressaltar que, na verdade, as considerações político-estratégicas, que acompanham a história da Noroeste desde seu início, não apenas não excluíam como até mesmo pressupunham considerações de sentido econômico. Na verdade, nesse confuso emaranhado de perspectivas econômicas e estratégicas, segundo a interpretação de diversos autores, o próprio papel estratégico da NOB deveria ser cumprido mediante a obtenção de determinados efeitos econômicos. As relações comerciais, por exemplo, eram acertadamente vistas como meio privilegiado de consolidação de relações políticas entre países vizinhos. Assim, tratando-se de "atrair" a Bolívia para a órbita do Brasil, o que se pensava desde o início era em encaminhar, para a NOB, boa parcela do comércio exterior daquele país; tratando-se de "isolar" a Argentina, o que se tinha muito em mente era, no dizer de Schnoor, estabelecer com a NOB, às margens do rio Paraguai, "uma gigantesca 'torneira', desviando para o Rio e Santos a corrente comercial de Mato Grosso e Bolívia, que agora se dirige a Buenos Aires" [...]; enfim, tendo-se em vista a defesa do sul de Mato Grosso, o que

se buscava também era providenciar meios para seu desenvolvimento econômico, capaz de permitir um incremento populacional nessa região." (Queiroz, 1999: 209)

Podemos, portanto, dizer que também a conclusão e a ampliação da Noroeste, nessa época, foram delineadas como um dos implementos integrantes da *Marcha para Oeste* desencadeada pelo Estado Novo, que visava ao desbravamento, à ocupação econômica e à segurança interna na fronteira.

Entretanto, para uma campanha tão promissora como a *Marcha para Oeste*, outras implementações se faziam necessárias. Além dessa ampliação da NOB que possibilitaria um maior controle na área, Vargas objetivava colonizar e povoar as terras do Sul de Mato Grosso. Todavia, encontrava dificuldades em conseguir a liberação de uma área de terra para tal finalidade. Ou seja, fazer uma reforma agrária e fixar o homem no campo através da distribuição de terras implantando assim, a pequena propriedade. Para tanto, uma das formas encontradas pelo governo do Estado Novo, foi criar o Território Federal de Ponta Porã. Pois a partir dessa medida o governo federal não dependia de decisões do governo estadual, no caso do Mato Grosso, para qualquer iniciativa administrativa na região, uma vez que as terras do Sul do Estado foram desmembradas e passaram a pertencer à União.

O TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ: UMA ESTRATÉGIA PARA A COLONIZAÇÃO E O POVOAMENTO DA ÁREA MONOPOLIZADA PELA MATE LARANJEIRA

Em 1943, através do Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro, foram criados os territórios federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguaçu (*Boletim Geográfico*, 1944:1288). Essa iniciativa do governo estadonovista deve ser entendida no contexto da nacionalização das fronteiras. A partir do golpe de 1937, o nacionalismo passou a ser parte integrante da política do Estado Novo. Vargas tornou-se o defensor de um Estado forte, através do qual seu chefe teria poderes de intervir para combater os regiona-

lismos, considerados por ele um entrave ao desenvolvimento da Nação.

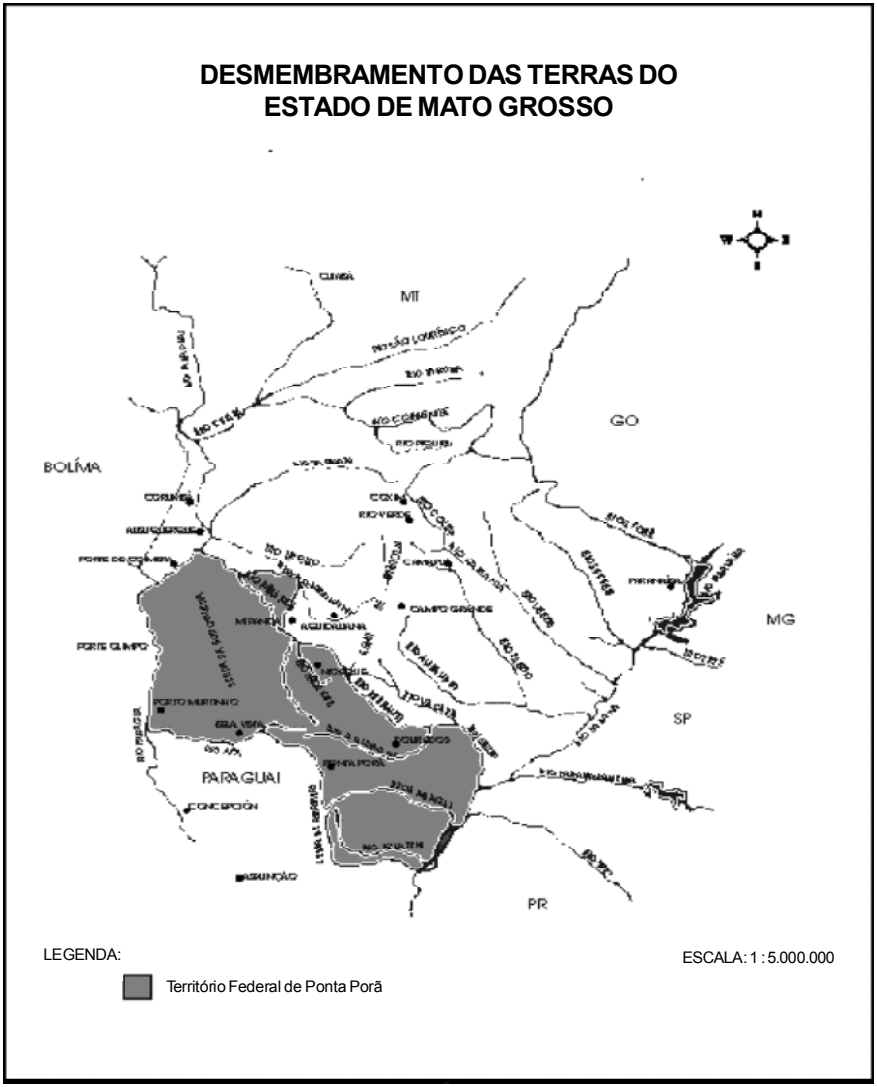
Na divisa com a República do Paraguai, o Território Federal de Ponta Porã ficou constituído, na época, pelos municípios de Porto Murtinho, Miranda, Nioaque, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Maracaju e Bonito. Ponta Porã era a capital e seu primeiro governador foi Ramiro Noronha (1944-1945). O que nos chama atenção foi o curto período de existência desse território, ou seja, de 1943 a 1946, ano em que a nova Constituição Federal o extinguiu.

A hipótese de que Vargas ao criar o Território Federal de Ponta Porã, visando consolidar o projeto colonizador, eliminou as possibilidades de novo arrendamento das terras – onde se encontravam os ervais – para a Cia. Mate Laranjeira, é pertinente. Isto porque a partir desse decreto a área fronteiriça passou a tomar outras formas, facilitando assim a ação do governo federal sobre ela. A criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), por exemplo, situada no novo território federal, veio confirmar as intenções governamentais nesse sentido.

Olhando geograficamente a área desmembrada, podemos constatar que o Território Federal foi mapeado nas terras onde se encontrava a maioria dos ervais (vide Figura 1).

É necessário ressaltar, aqui, que a criação da Colônia Federal de Dourados foi posterior à das demais colônias agrícolas. O Decreto-Lei nº 3059, que dispunha sobre a criação de colônias agrícolas nacionais, data de 14 de fevereiro de 1941. O decreto-Lei que criou a Colônia Federal de Goiás – a primeira colônia do Centro-Oeste – data de 19 de fevereiro de 1941, portanto ambos datam do mesmo mês e ano. Entretanto, o Decreto-Lei que criou a CAND, no Sul de Mato Grosso, somente foi oficializado em 28 de outubro de 1943. Isto confirma as dificuldades enfrentadas pelo governo estadonovista para agir na referida área.

Demosthenes Martins, referindo-se ao retardamento da criação da CAND, assim escreve:



Fonte: HILDEBRANDO CAMPESTRINI & ACYR VAZ GUIMARÃES, (1995; modificado).
Desenhado por: ORMIRO FILHO

Figura 1 - Território Federal de Ponta Porã (Campestrini & Guimarães, 1995).

"Essa colônia deveria ter sido criada antes mas, como declarou o despacho presidencial, de 19 de fevereiro de 1942, 'Não querendo o Estado fazer cessão das terras escolhidas (que eram em Dourados) pelos técnicos do Ministério da Agricultura, não pode ser criada a Colônia'. Instalado o Terri-

tório Federal de Ponta Porã, pelo Decreto-lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943, [...], a Colônia foi criada em Dourados, conforme indicação do Ministério da Agricultura. Daí originou-se, como previam até os mais daltônicos, o extraordinário desenvolvimento da agricultura na região, com o aproveitamento daquelas magníficas terras, umas das mais produtivas do Brasil [...]." (Martins, s/d.:117).

É importante frisar que as dificuldades encontradas para a concessão das terras destinadas ao projeto colonizador, na região da Grande Dourados, estão vinculadas a uma série de questões, como, por exemplo, a intenção de dividir o Estado, encampada por grupos locais, a luta da Mate em continuar explorando os ervais na área, entre outras.

Nesse sentido, Demosthenes Martins, considera que,

"... a criação desse Território federal foi recebida por aqueles que buscavam a independência sul-mato-grossense, como a preparação da almejada divisão do grande Estado, cuja imensa extensão territorial impedia se processasse o seu reclamado e ambicionado desenvolvimento." (Martins, s/d.:117).

Diante disso, constatamos que no Sul de Mato Grosso a política de colonização do Estado Novo encontrou certas resistências nos vários campos de interesses. Entretanto, a insistência em interferir na região trazia no seu bojo interesses voltados a um projeto mais amplo, qual seja, o de desenvolvimento econômico, o qual, por sua vez, estava vinculado à segurança interna do Estado. Nesse sentido, há de se concordar com alguns autores, como por exemplo Lenharo (1986) e Martins (s/d.), já citados neste trabalho, de que a Cia. Mate Laranjeira dificultava a entrada de migrantes na área ervateira.

É necessário ressaltar que, embora a empresa impedisse a entrada de migrantes na área monopolizada por ela e, ainda, dificultasse a tomada de posse pelos que ali se encontravam, o processo de ocupação foi-se efetivando à força. Virgílio Corrêa Filho atribui à empresa Mate Laranjeira o povoamento na fronteira, tendo em vista que ela mobilizava trabalhadores para as atividades da erva-mate, o que possibilitava aos ervateiros, conseguir forçadamente permanecer na área, onde trabalhavam. Sobre essa questão acentua:

> "[...], como se dilatou o seu privilégio por área imensa, entre as raias meridionais e o rio Ivinhema, mobilizando grande número de empregados, daí resultaria o povoamento das zonas em que mourejassem. De acordo com a arrendatária, como ocorreu na criação de Porto Murtinho, à margem do Paraguai por onde, na primeira fase, se escoava a produção ervateira, de Ponta Porã, no planalto, que a linha de limites atravessava, e de outros povoados, ou à sua revelia, até contra suas proibições, por fim inoperantes, depois de ásperas lutas, de todos os modos multiplicaram-se os estabelecimentos rurais, que se dedicaram à pecuária e pequena lavoura, além da extração da erva-mate." (Correa Filho, 1969:691)

Diante do exposto, inferimos que a idéia dos espaços vazios, anunciada por Vargas, não se adequava à região. Como escreve Lenharo referindo-se não apenas ao Sul, mas a todo o Estado de Mato Grosso, "os espaços não se encontravam tão vazios assim":

> "... as usinas de açúcar, às margens do rio Cuiabá; a imensa extensão de terras ocupadas com a exploração do mate, principalmente pela Cia. Matte Laranjeira; as fazendas de gado no pantanal mato-grossense; cidades e propriedades surgidas à beira da estrada de ferro Noroeste do Brasil; amplas regiões de garimpo do ouro e diamante; outras tantas de exploração da borracha ou de drogas do sertão, – vem atestar, no caso do Estado de Mato Grosso, um quadro de colonização complexo, mapeado de grandes propriedades, particulares e estatais, boa parte delas de origem estrangeira. Isto para não se falar de povos de formação social inteiramente diferente, habitantes da região – os indígenas." (Lenharo, 1986:60-61)

Faz-se necessário frisar que realmente os espaços não se encontravam vazios, conforme a propaganda da Marcha para Oeste tentava veicular, pois além das empresas extrativas e posseiros, os índios Guarani e Kaiowá habitavam a região de longa data e, portanto, eram os donos da terra, fato este que não foi levado em consideração pelo governo quando este decidiu fazer a reforma agrária nas referidas terras. O desdobramento dessa ação se reflete até os dias de hoje, expressado nos conflitos entre índios e colonos na área onde se situa a Aldeia Panambizinho, no distrito de Panambi, município de Dourados.

Vale destacar, portanto, que a presença dos indígenas não representou, aparentemente, nenhuma grande barreira para a política de colonização do Estado Novo na região Sul do antigo Estado de

Mato Grosso. Isto porque ela foi ignorada enquanto parte integrante do cenário em questão. Todavia, o projeto colonizador encontrou resistência por parte de políticos, governantes e grupos locais, haja vista que ali havia sido consolidada uma oligarquia agrária que dominava a região e visava a manter o latifúndio, a exemplo os donos da Mate Laranjeira e os grandes fazendeiros que chegavam à região desde o século XIX.

Entretanto, se por um lado os que eram favoráveis ao monopólio da Mate e aos latifúndios lutavam para que na região nada fosse modificado, por outro, havia os que torciam para que ela se tornasse independente, sobretudo os separatistas[1]. A criação do Território Federal, por exemplo, veio alimentar esse sonho.

Cabe lembrar que Vargas, em visita a Mato Grosso, havia prometido, ao governo do Estado, colonizar a área de fronteira. Os favoráveis à colonização da região enviavam cartas ao Presidente solicitando a criação da Colônia Agrícola de Dourados. Uma dessas cartas argumenta que o governador Pedro Celestino Corrêa da Costa, através do Decreto-lei nº 616 de 20 de janeiro de 1923, havia reservado, no município de Ponta Porã, 500.000 hectares de terras devolutas para a colonização. Por coincidência, a área reservada é a mesma escolhida pelo diretor do Departamento de Terras e Colonização para a colonização[2].

Diante disso, a decisão de desmembrar a referida área do estado mato-grossense veio acalentar muitos sonhos, embora, no desenrolar dos fatos, também tenha trazido muitas desilusões. À medida que houve a interferência governamental, eliminaram-se certos poderes, como por exemplo o da Cia. Mate Laranjeira, e preparou-se o

---

[1] A campanha e lutas separatistas tomaram, então, um novo impulso a partir dos anos 30, adquirindo maior força, tendo a cidade de Campo Grande como pólo irradiador, à medida que vinha crescendo a influência do estado de São Paulo sobre essa região sul-mato-grossense (Correa, 1995).

[2] Essa carta encontra-se no Arquivo Público de Mato Grosso do Sul, na documentação da CAND, provisoriamente no envelope nº 15. Provisoriamente porque essa documentação ainda não foi catalogada.

terreno para que outros grupos se fortalecessem nesse cenário. Mais uma vez quem se beneficiou com isso foi a oligarquia agrária que, a partir de então, encontrou novas formas para se manter como classe dominante no cenário político-econômico do Estado.

Faz-se necessário ressaltar que o governo federal nesse período, início da década de 1940, estava atento às mobilizações nas fronteiras brasileiras, sobretudo a dos países do Cone Sul. Em 1942, foram enviados *espiões*, se é que assim podemos chamar, aos países vizinhos para averiguar as atividades militares nas zonas fronteiriças. O Confidencial nº 2, de 7 de março de 1942, é revelador das preocupações governamentais. Veja-se o que revela:

> "Excelentíssimo amigo Senhor Presidente Getúlio Vargas, cumprindo instruções de Vossa Excelência, estou tratando de me informar convenientemente sobre as atividades militares da República da Argentina, nas zonas terrestres, que lidam conosco, sobretudo com o patrulhamento no rio Uruguai, na parte que serve este rio de fronteira entre os dois países vizinhos." (*Arquivo Getúlio Vargas*, 1942:1)[3]

Pelo documento, podemos constatar que havia uma grande preocupação por parte do governo federal no que se refere à segurança nas fronteiras do Brasil, sobretudo no período da Segunda Guerra Mundial. O fato de ter mandado constatar o que ocorria na fronteira entre o Brasil e a Argentina revela que o governo temia certas organizações que poderiam ameaçar a ordem interna do país. Destacamos um outro trecho do referido documento, já citado acima, que relata o seguinte:

> "É assim que aproveitando da visita de seus Pais, que aqui se encontram atualmente em visita ao seu filho, Tenente-Coronel Tasso Tinoco, e que deve regressar na próxima 5ª feira ao Brail, por via de Passo de Los Libres-Uruguaiana, este oficial, servindo-se dessa magnífica oportunidade, os acompanhará, com o propósito de fazer uma excursão por toda a nossa fronteira terrestre com a República Argentina e verificar in loco o que efetivamente se está criando, por obra e graça de elementos nazistas que, sob a capa de nacionalistas, estão tratando de inquietar as populações fronteiriças,

[3] Arquivo Getúlio Vargas. *Confidencial n. 2*. CPDOC, 7 de março de 1942, p. 1.

não só do nosso lado como do lado argentino." (*Arquivo Getúlio Vargas*, 1942:2)

O governo brasileiro havia organizado destacamentos militares nas fronteiras para garantir a segurança interna do País, conforme o seguinte trecho: "A gendarmeria nacional aqui organizada para levar aos territórios nacionais uma segurança maior e assistência aos seus habitantes" (*Arquivo Getúlio Vargas*, 1942:2). Portanto, as iniciativas do governo federal, nesse período, além de proporcionarem desenvolvimento econômico do país com a expansão da fronteira agrícola, vinculavam-se também a questões de segurança e de estratégias políticas.

Com as referidas medidas governamentais foram tiradas todas as possibilidades de arrendamento de terras à Cia. Mate Laranjeira, possibilitando assim a instalação de outros implementos que tivessem um maior significado em termos econômicos, tanto em nível estadual quanto nacional. Lembramos, aqui, que uma das alegações do governo acerca das desvantagens que a Mate representava para o país, era a de que o produto exportado pela empresa não nos trazia benefícios no se refere à arrecadação de impostos, uma vez que a matéria-prima não era industrializada no Brasil.

Considerando-se que essas medidas alteraram o contorno político-econômico da região, sobretudo a partir das iniciativas de construção do ramal de Ponta Porá, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, e da criação do Território Federal de Ponta Porã, a política de colonização e nacionalização das fronteiras, no Sul do Mato Grosso, como parte integrante da *Marcha para Oeste*, consolidou-se com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e o encaminhamento de contingentes de trabalhadores, os quais foram assentados sob a proteção do Estado.

Face ao exposto, a política de colonização do Estado Novo, no Sul de Mato Grosso, foi bem aceita por muitos, sobretudo por quem era contra a empresa monopolizadora das terras onde se encontravam os ervais, como forma de impulsionar o desenvolvimento econômico da região. Nesse sentido, pelo que consta, os objetivos do

governo Vargas foram alcançados, quais sejam: a desestruturação da Companhia Mate Laranjeira, a nacionalização da fronteira Brasil-Paraguai e a expansão do capitalismo na fronteira agrícola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, F. de. s/d. *Um trem corre para o Oeste: estudo sobre a Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional*. 2ª ed., São Paulo, Melhoramentos.

BOLETIM Geográfico, 1944, 2(21).

CAMPESTRINI, H. & GUIMARÃES, A. V. 1995. *História de Mato Grosso do Sul*. 4ª ed. Campo Grande, Gráfica e Papelaria Brasília Ltda.

CORRÊA, V. B. 1995. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso 1989-1943*. Campo Grande, Editora da UFMS.

CORRÊA FILHO, V. 1969. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do livro.

LENHARO, A. 1986. *Colonização e trabalho no Brasil*: *Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste – os anos 30*. Campinas, Unicamp.

MARTINS, D. s/d. *História de Mato Grosso*. São Paulo, Bícego.

QUEIROZ, P. R. C. 1997. *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)*. Campo Grande, UFMS.

QUEIROZ, P. R. C. 1999. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918-1956)*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP.

VARGAS, G. D. 1938. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio.

————. 1940. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio.

————. 1941. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio.

————. 1942. *Confidencial n. 2*. CPDOC, 7 de mar., p. 2.